

1876
9/

MEMORANDO INTERNO N º 73/2020

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Reequilíbrio econômico-financeiro – Pregão – SRP – nº 20/2019

Interessado: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ARP nº 57/2019

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, em anexo, sobre o pedido de cancelamento do item 76 (NIFEDIPINO 20 MG).

Por fim, considerando que os autos do Pregão Presencial nº 20/2019 encontram-se neste setor Jurídico, solicito, por gentileza, que se faça a juntada deste memorando e demais documentos que seguem em anexo, acusando-se o recebimento logo abaixo na data da efetiva entrega. O protocolo a ser retido, por ora, será o constante no caderno de anotações de entrega e recebimento.

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Atenciosamente.

Presidente Prudente, 29 de julho de 2020


DENISE SAKIYO IDE

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos em Substituição

Recebido em 29 / 07 /2020

Setor Jurídico: 

Licitação Compra - CIOP

De: Elian Jaguszewski <atendimento3@dimaster.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 29 de julho de 2020 11:26
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br; compras.santoanastacio@hotmail.com;
farmanarandiba@hotmail.com; compras@teodorosampaio.sp.gov.br;
saudeexpedito@hotmail.com; compras@alvaresmachado.sp.gov.br;
idalgodimaster@hotmail.com
Assunto: Solicitação de Cancelamento - Consórcio Presidente Prudente/SP
Anexos: Presidente Prudente - SP (Consórcio) Nifedipino 20 mg.pdf

Bom dia

Segue em anexo solicitação de cancelamento do Nifedipino 20mg.

Dúvidas estamos a disposição em nossos canais de comunicação.

Aguardamos retorno!

Att,

--

Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos-CIOP
RG 42.187.355-3

29/07/2020

Elian Jaguszewski - SAC

Telefone: (54) 3523-2600

E-mail: atendimento3@dimaster.com.br



Ao

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP – Presidente Prudente - SP

Objeto: Pedido de cancelamento de item

Produto: Nifedipino 20 mg

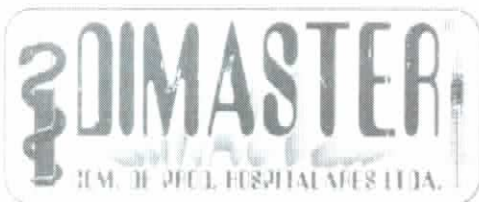
Pregão Presencial: 20/2019

Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., pessoa jurídica de direito privado com sede no Município de Barão de Cotegipe – RS, na Rod. Br. 480, nº 180, inscrita no CNPJ sob nº 02.520.829/0001-40, representada neste ato, na forma do seu estatuto constitutivo, vem, com o devido respeito, para apresentar

Cancelamento de Item

O que faz, mediante os seguintes substratos de fato e de direito.

1. A Requerente formaliza, pedido de Cancelamento do Item Nifedipino 20 mg, **porquanto o Fabricante do Produto**, não está mais produzindo o item, em decorrência da interferência do Estado – Fato do Príncipe – **que através da ANVISA cassou o registro com a interdição da produção pelo Laboratório.**
2. Ocorre, **que este fato de terceiro – estritamente vinculado ao edital e ao fornecimento** -, impede materialmente que a Dimaster proceda ao fornecimento do item, **exigindo-se assim – por material impossibilidade** – seja cancelado o item.
3. Exas., de pronto dizer que a Dimaster tem todo o pleno interesse em proceder no fornecimento do item, alias, este é o seu mister – vender para realização do lucro e conformação do seu objetivo social. **Mas a Dimaster não se limita a uma mera atuação de compra e venda.** Conforme historiam sua missão e sua atuação jurídica, a atividade da empresa está consubstanciada em distribuir medicamentos e compartilhar saúde.



3.1. Neste viés, inclusive, convida-se o leitor a visitar o site (<http://www.dimaster.com.br/>).

4. No caso em concreto, **a impossibilidade material de realizar, pela empresa, o fornecimento decorre de fato superveniente com manifesta característica de caso fortuito, força maior**, exceções que se opõe a linearidade do cumprimento do contrato.

4.1. Essa exceção inclusive, guardam o distanciamento da álea de Administração/Gestão da própria Recorrente, pois reconhecidamente é uma situação imprevisível ao tempo da contratação.

5. Nos termos em anexo está o documento da publicação da ANVISA (Fato do Princípio), de ratificação do cancelamento da Geolab;

6. Desse modo, visando dar a mais rápida possível solução ao imbróglio, a Empresa pondera ao Consórcio as opções: Cancelamento total do item, dada a material impossibilidade de cumprimento – Fato do Princípio; **com cancelamento do item da Nota de Empenho 006535/2020 para o Município de Santo Anastácio/SP; do Pedido de Empenho 3134 para o Município de Narandiba/SP; do Pedido de Empenho 3650/2020 para o Município de Teodoro Sampaio/SP; do Pedido de Compra 00873/20 para o Município de Santo Expedito/SP e do saldo total do Registro de Preço;**

Em face do Exposto, Requer a Requerente **Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.**, seja por V. Exa., acolhidas estas razões recursais, para provendo-as acolher a solicitação de cancelamento, nos termos da fundamentação.

De Barão de Cotegipe – RS, quarta - feira, 29 de julho de 2020.

Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. [02520829/0001-40]

DIMASTER COM. DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA

Rodovia BR 480, nº 180
CEP 99740-000
BARÃO DE COTEGIPE - RS

1880
g



À

DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 02.520.829/0001-40

REF: NIOXIL 10MG CX C/ 450COMP

NIOXIL 20MG CX C/ 450COMP

À **GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Via Primária 1B, Qd. 8-B, Mód. 1-8, DAIA, Anápolis - GO, CEP 75.132-085, CNPJ (MF) nº 03.485.572/0001-04, vem através desta, prestar esclarecimentos acerca do fornecimento dos produtos acima epigrafados.

Informamos que referente a vossa consulta para compra dos medicamentos supracitados, citamos que conforme publicação em Diário Oficial no dia 18/05/2020, o qual descreve negativa de provimento ao recurso Geolab referente aos medicamentos supracitados. Salientamos desta forma que os mesmos não mais fazem parte da linha de produtos comercializados.

Certos da vossa compreensão, ressaltamos nossa elevada estima e distinta consideração.

Anápolis/GO, 04 de junho de 2020.

Atenciosamente,


Eduardo Henrique de S. Costa
Gerente Nacional de Vendas

1881
g

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.554, DE 15 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na Operadora Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde CONSAUDE S/S LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.636, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 12 de maio de 2020, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.001473/2019-40, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde CONSAUDE S/S LTDA, registro ANS nº 55.072-9, inscrita no CNPJ sob o nº 02.906.533/0001-40.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SCARABEL
Diretor-Presidente
Substituto

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.555, DE 13 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na Operadora Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.636, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 12 de maio de 2020, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.001473/2019-81, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda, registro ANS nº 30.332-1, inscrita no CNPJ sob o nº 42.183.851/0001-01.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SCARABEL
Diretor-Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE RECURSOS

ARESTO Nº 1.364, DE 14 DE MAIO DE 2020

O Gerente-Geral de Recursos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Seção de Julgamento Ordinária, S/O nº 19, realizada no dia treze de maio de 2020, com fundamento no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1996, aiado ao disposto no art. 88, inciso I, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e em conformidade com o art. 22 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 286, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos, conforme anexo.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

ANEXO

Recorrente: ACCORD FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 04.171.697/0001-46
Processo: 23351.001203/2019-10
Expediente do recurso: 0341947/20-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 138/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 02.824.467/0001-07
Processo: 23351.010849/2003-93
Expediente do recurso: 0357827/13-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR O RECURSO POR PERDA DE OBJETO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 132/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: GEOLAB INDUSTRIA FARMACÊUTICA S.A.
CNPJ: 03.485.372/0001-04
Processo: 23351.001203/2003-15
Expediente do recurso: 0395081/13-2
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 132/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: LABORIS FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 03.860.313/0001-08
Processo: 23351.018320/01-88
Expediente do recurso: 0913869/13-7
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR O RECURSO POR PERDA DE OBJETO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 104/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
CNPJ: 00.465.981/0001-10
Processo: 23351.70727/2008-28
Expediente do recurso: 0030842/14-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 11/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: LABORATORIOS OSORIO DE MORAES LTDA
CNPJ: 19.701.213/0001-75
Processo: 23000.001287/96-10
Expediente do recurso: 0125971/13-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 11/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: CAZI QUÍMICA FARMACÊUTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 44.010.437/0001-81
Processo: 25891.014023-78
Expediente do recurso: 0357880/13-0
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 94/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: DENTAL DIGNITHOMAZ COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ: 23.159.019/0002-73
Processo: 23351.317357/2019-46
Expediente do recurso: 1932471/19-7
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR O RECURSO POR PERDA DE OBJETO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 194/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: DROGARIA MARQUES E SILVA LTDA
CNPJ: 12.882.646/0001-71
Processo: 23351.472307/2019-78
Expediente do recurso: 2238045/19-6
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR O RECURSO POR PERDA DE OBJETO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 295/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: SOLABIA BIOTECNOLÓGICA LTDA
CNPJ: 03.402.014/0001-20
Processo: 23351.391905/2019-58
Expedientes dos recursos: 1918823/19-8 e 2210345/19-7
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR O RECURSO POR PERDA DE OBJETO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 1915815/19-8, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 385/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA. A seu turno, a Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO protocolado sob expediente nº 2210345/19-7 e DAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 382/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA
CNPJ: 09.748.998/0001-14
Processo: 23351.204459/2019-82
Expediente do recurso: 0592340/13-8
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 106/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: PRC COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 73.090.482/0001-91
Processo: 23351.118902/2010-83
Expediente do recurso: 0441140/15-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 150/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: EMS S.A.
CNPJ: 57.507.378/0001-01
Processo: 23351.061501/2010-89
Expediente do recurso: 0441057/15-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 264/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: UTIL, ASSISORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
CNPJ: 12.084.049/0004-00
Processos: 25743.199716/2018-69 e 25743.199782/2019-61
Expedientes dos recursos: 3127319/19-7 e 3127317/19-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos votos nº 149/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA e nº 141/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: SIGMA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA
CNPJ: 07.787.071/0001-61
Processo: 25743.243817/2019-48
Expediente do recurso: 1969482/19-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 128/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: FUNDACÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP
CNPJ: 41.640.734/0001-19
Processo: 25759.688265/2010-63
Expediente do recurso: 001233/13-6
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a multa, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 102/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: CHIESI FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 81.981.032/0001-48
Processo: 25759.270021/2011-18
Expediente do recurso: 3055614/13-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 147/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: BIOSINTÉTICA FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 55.182.095/0001-08
Processo: 23351.758951/2009-64
Expediente do recurso: 0552523/15-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a multa, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 205/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.

Recorrente: INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS NATURA LTDA
CNPJ: 00.180.373/0001-72
Processo: 25758.804761/2010-83
Expediente do recurso: 0766621/13-7
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no voto nº 145/2020 - CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

1897
2

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO CANCELAMENTO DO ITEM 76 - NIFEDIPINO 20 MG

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de cancelamento do item 76 - NIFEDIPINO 20 MG, consignado na Ata de Registro de Preço, PREGÃO PRESENCIAL nº 20/2019 requerido pela empresa licitante DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, sob a justificativa de que "porquanto o Fabricante do Produto, não está mais produzindo o item, em decorrência da interferência do Estado - Fato do Príncipe, que através da ANVISA cassou o registro com a interdição da produção pelo Laboratório", conforme documentos acostados às fls. 1878/1891.

2. Os documentos ora analisados são: a solicitação de desistência do item 76 - NIFEDIPINO 20MG, recebido/protocolado em 29/07/2020, bem como os documentos de fls. 1890/1891.

3. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao pedido de cancelamento do item item 76



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

1898
g

- NIFEDIPINO 20MG, licitado no PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 PARA REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS NÃO INCLUÍDOS NA RENAME-PROCESSO Nº 30/2019 pactuado com a empresa requerente, **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, versando, em síntese que "porquanto o Fabricante do Produto, não está mais produzindo o item, em decorrência da interferência do Estado – Fato do Príncipe, que através da ANVISA cassou o registro com a interdição da produção pelo Laboratório".

4. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

5. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade da rescisão contratual quanto ao item 76 nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

6. A empresa **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** solicita a desistência do item 76 – NIFEDIPINO 20MG, da Ata de Registro de Preços PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 PARA REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS NÃO INCLUÍDOS NA RENAME-PROCESSO Nº 30/2019, sob a justificativa de que o fabricante do produto não está mais produzindo o item, em decorrência da interferência do Estado – Fato do Príncipe, que através da ANVISA cassou o registro com a interdição da produção pelo Laboratório.

7. Instrui tal pedido com o documento juntado aos autos às fls. 1890, qual seja Nota de Esclarecimento do laboratório GEOLAB, expedida por seu Gerente Nacional de Vendas Hospitalares em 04 de junho de 2020, informando que a fabricante GEOLAB não obteve êxito no recurso referente ao medicamento supracitado, assim, o mesmo não mais faz parte da linha de produtos comercializados.

8. Diligenciando através do Sistema – Banco de Preços em Saúde, notamos que a fabricante GEOLAB não é a única a deter a capacidade de produção do produto NIFEDIPINO 20MG, apontamos de maneira ilustrativa alguns

fabricantes, veja-se: FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR FURP; BRAINFARMA INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S.A.; DIFFUCAP-CHEMOBRAS QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA; BIOSINTÉTICA FARMACEUTICA LTDA; LABORATORIO NEO QUIMICA COMERCIO E INDUSTRIA S.A; MEDQUIMICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA; PRATI, DONADUZZI E CIA LTDA; MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA; DICOREL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;

9. Em verdade, a retirada de um medicamento que é usualmente comercializado configura um caso fortuito, pois fica a empresa vencedora da ata impossibilitada de fornecer a medicação com o preço registrado em Ata, por ato alheio a sua vontade. Conforme Marçal Justen Filho:

A previsão de que caso fortuito e força maior são causas de extinção do vínculo jurídico é inerente ao direito dos contratos. Em qualquer hipótese, força maior ou caso fortuito acarretam a rescisão do contrato. Abrangem-se as ocorrências que tornam inviável o cumprimento da prestação, por fatores que escapam ao controle do devedor. Não se caracteriza a inexecução culposa, porquanto a ausência de cumprimento deriva de circunstâncias que transcendem a vontade do devedor e que independem da adoção, por parte dele, das cautelas e precauções devidas (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17ª edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais)

10. Todavia, não se encaixa o presente entendimento doutrinário visto acima ao presente caso porque não houve a retirada do produto do mercado, apenas umas das empresas fabricantes deixou de fornecê-lo, podendo, de todo modo, a solicitante adquiri-lo de outro fabricante.

11. No entanto, com fulcro no princípio da eficiência e eficácia dos atos administrativos, torna-se necessário verificar com a Empresa vencedora a possibilidade de fornecimento do medicamento por meio de outro fabricante. Informo que apesar dos contratos administrativos se pautarem pelo Princípio da Legalidade e por se tratar de um Procedimento Licitatório este se cingirá ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

12. Temos que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório não pode afastar o princípio da economicidade e da eficiência, não



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

devendo aplicar as regras editalícias de forma restritiva uma vez que não prejudique a Administração Pública, desde que não infrinja a isonomia do processo.

13. Importante frisar que eventual troca da fabricante somente se revela possível se houver a manutenção do valor constado em ata que é preço unitário.

14. Na mesma esteira, em diligência ao Banco de Preços em Saúde – Ministério da Saúde referente ao item 76 NIFEDIPINO 20MG – é possível também observar que existem no mercado outros fabricantes do produto que estão realizando a comercialização, corroborando com os dados acima elencados.

CONCLUSÃO

15. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo mantimento da Ata de Registro de Preço – PREGÃO PRESENCIAL nº 20/2019 que a empresa **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 06 de agosto de 2020.

Dr. RANGEL STRASSER FILHO
Diretor Jurídico - OAB/SP 309.164

59/4
g

MEMORANDO INTERNO Nº 77/2020

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Cancelamento do Item 76 - Pregão Presencial – SRP nº 20/2019

Interessada: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda - ARP nº 57/2019

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 1.1.897/1.900, que opinou pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item 76 – NIFEDIPINO 20MG, em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Presidente Prudente, 10 de agosto de 2020



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Solicitação de Cancelamento do Item 76 – Pregão Presencial – SRP – nº 20/2019

Interessado: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. ARP nº 57/2019

Trata-se de pedido de cancelamento do item 76 – NIFEDIPINO 20MG, pela detentora da ata nº 57/2019 – **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

O Setor Jurídico às fls. 1.897/1.900 opinou pelo indeferimento do pedido, fundamentando não haver fato superveniente e imprevisível justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação de cancelamento do item 76, realizada pela empresa **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 10 de agosto de 2020



CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo-CIOP



CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: **Solicitação de Cancelamento de Item**. ARP nº 57/2019. Pregão Presencial nº 20/2019. Interessada: **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento do item 76 – NIFEDIPINO 20MG, conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo, Pres. Prudente, 10 de agosto de 2020.

